

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012



Direcção

Pedro Rebelo de Sousa – Presidente

Alberto João Coraceiro de Castro – Director

Alexandre Cardoso Correia da Mota Pinto – Director

António Sarmiento Gomes Mota – Director

Pedro Canastra de Azevedo Maia – Director

Mesa da Assembleia Geral

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

Marco Abna Gomes Binã – Secretário

Conselho Fiscal

Luís Augusto Gonçalves Magalhães – Presidente

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro – Vogal

Rafael Luís Mora Funes – Vogal



Conselho Geral

1. João Calvão da Silva (Presidente);
2. Alexandre Cardoso Martha de Lucena e Vale;
3. Alexandre Carlos de Mello Vieira Costa Relvas;
4. Álvaro Roque de Pinho de Bissaia Barreto;
5. António José de Castro Guerra;
6. António Luís Guerra Nunes Mexia;
7. Banco Comercial Português, S.A. (representada por José Iglésias Soares);
8. Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros;
9. Eduardo de Almeida Catroga;
10. Esmeralda da Silva Santos Dourado;
11. Galp Energia, S.A. (representada por Carlos Costa Pina);
12. João Salgueiro;
13. Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes;
14. Luís Fernando de Mira Amaral;
15. Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves;
16. Luís Maria Viana Palha da Silva;
17. Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro;
18. Maria Luísa Antas;
19. Miguel António Igrejas Horta e Costa;
20. Nuno Manuel Silva Amado;
21. Rogério dos Santos Carapuça.



Senhores Associados

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a Direcção submete à aprovação de V. Ex.as o Relatório das Actividades desenvolvidas pelo IPCG – Instituto Português de Corporate Governance no exercício de 2012, bem assim como as Contas relativas ao mesmo período.

1. Relatório das Actividades de 2012

No exercício que encerra o mandato para que esta Direcção foi eleita, justifica-se que o presente relatório evidencie, não apenas o que foi a actividade realizada face ao programa traçado para 2012, mas, e em simultâneo, proceda a um balanço do cumprimento do Plano de Actividades 2010-2012 com que se apresentou a sufrágio e se comprometeu perante os associados do IPCG. Assim sendo, da conjugação dos propósitos enunciados, tanto num, como noutro dos documentos, ressaltam os objectivos que de seguida se enunciam:

- Reforço da capacidade de intervenção do IPCG;
- Aprofundamento dos diferentes domínios do governo societário;
- O IPCG como sede de debate centrado no *corporate governance*.

Será, pois, com esta matriz de referência que serão evidenciadas as principais acções desenvolvidas ao longo do ano em apreciação, procurando-se em paralelo e sempre que justificável, sublinhar as que respeitam ao mandato e as que, ou transitaram de exercícios anteriores, ou terão continuidade nos seguintes.

1.1. Reforço da Capacidade de Intervenção do IPCG

Os múltiplos desafios que se colocam nos dias de hoje à comunidade empresarial exigem respostas que possam contribuir para a clarificação da situação existente e para encontrar soluções tecnicamente eficazes e perceptíveis pela generalidade dos *stakeholders*. Não se pode ignorar que na génese da crise que ainda perpassa pela economia ocidental estão práticas que hoje merecem a crítica generalizada do público, mas que só foram possíveis pela insuficiente regulação que à data em que eclodiu grassava nos

mercados, com especial gravidade nos financeiros. Daí a necessidade, também amplamente reconhecida, de reforçar as boas práticas do governo societário tendo em vista ganhar a confiança dos agentes económicos, conferir segurança aos investidores e dar garantias de não regresso ao passado ao público, em geral, e às partes interessadas, em particular. O destaque que hoje é conferido a tudo o que respeita ao governo societário coloca o IPCG numa posição nuclear para se constituir num parceiro incontornável no debate sobre estas matérias, pelo que amplamente se justifica que se tomem as medidas necessárias para que veja reforçados os meios próprios e as suas capacidades neste domínio. Tal não invalida que, com os de que dispõe no presente, o IPCG tenha vindo a actuar em diversas frentes, tal como transparece das acções que empreendeu no ano em apreciação, como listado de seguida:

- Conclusão do processo de elaboração do Código de Governo das Sociedades pela Comissão de Revisão expressamente criada para o efeito, complementada com diversas reuniões com os responsáveis da CMVM e da AEM para discussão das soluções que nele se propõem e culminada com o debate público subsequente à aprovação do documento pelo Conselho Geral reunido em 30 de Outubro; de sublinhar, ainda, os contactos bilaterais com algumas empresas emittentes para recolha de pontos de vista sobre propostas concretas de redacção das normas; e, também, a elaboração de um programa de comunicação tendo em vista a divulgação tão ampla quanto possível dos princípios e recomendações inseridos naquele Código;
- Na sequência dos comentários proferidos em princípios de 2011 no âmbito da consulta confidencial ao Projecto de Decreto-Lei que visa estabelecer o regime aplicável às empresas do sector empresarial do Estado em matérias de prática de bom governo, acompanhamento deste processo junto das autoridades responsáveis, não se tendo, contudo, verificado no exercício qualquer evolução que permita concluir do empenhamento em prosseguir os objectivos traçados e enunciados de garantir o cumprimento por parte do SEE dos princípios de bom governo societário;
- Participação activa do IPCG nos trabalhos do Fórum CMVM/PME criado para estudar medidas de reforço das vias de acesso das PME a capitais permanentes, incluindo acesso individual ou colectivo ao mercado de capitais, capital de risco ou *private equity*, e integração no grupo de trabalho constituído no seu âmbito visando elaborar uma proposta de documento identificando um conjunto limitado e bem definido de



medidas que permitam atingir os objectivos propostos;

- Criação, em parceria com a Embaixada do Reino dos Países Baixos, do Prémio Damião de Góis destinado a galardoar um projecto de empreendedorismo social que se distinguisse nesta área; esta iniciativa envolveu diversas acções que culminaram com a cerimónia pública de distribuição do prémio e menções honrosas realizada a 2 de Julho e presidida conjuntamente pelos primeiros responsáveis das entidades promotoras; e que, mais tarde, possibilitou também uma visita às instalações do Parque Biológico da Serra da Lousã, vencedor da edição de 2012 do Prémio; de sublinhar a relevância desta iniciativa pelo significado de que se reveste ao reconhecer o empreendedorismo social, em particular, e a economia do designado 3.º sector, em geral, como uma componente de crescente importância no domínio do *corporate governance*;
- Ainda como uma acção potencialmente criadora de valor para o IPCG, participação activa em diversas iniciativas subsequentes à realização do Fórum Mundial Lisboa 21 sobre Água, Energia e Desenvolvimento Sustentável, com especial destaque para a divulgação das respectivas conclusões, para o que organizou, conjuntamente com o Foro Soria, encontros em Lisboa, Madrid e Rio de Janeiro; do mesmo modo e perseguindo objectivos idênticos, participação no lançamento e organização do Fórum Mundial Porto 21 sobre Cidades e Desenvolvimento Sustentável que terá lugar em Abril de 2013.

1.2. Aprofundamento dos diferentes domínios do governo societário

A crescente importância que se vem atribuindo ao *corporate governance* como factor decisivo na ultrapassagem de múltiplas disfunções de que enferma a economia dos nossos tempos cria uma responsabilidade adicional ao IPCG de detectar novos domínios para a sua intervenção e aprofundar outras áreas onde se justifica o seu envolvimento. Neste sentido e com este objectivo presente, tomou diversas iniciativas de que se destacam:

- A organização, em parceria com a Ordem dos Economistas e a APAF, do ciclo "Boas Práticas nos Mercados Financeiros", iniciado no ano anterior e concluído em Abril de 2012 com a conferência subordinada ao tema "Corporate Governance – Questões Decorrentes do Quadro Legal";

- Conferência sobre "Corrupção – O Novo Desafio do Governance", resultante de uma iniciativa conjunta do IPCG, do FAE e da UIA e na qual foram oradores Nick Kochan, jornalista e autor de publicações sobre esta temática, e o Prof. Ludo Van der Heyden responsável no INSEAD pelo Corporate Governance e Estratégia;
- Participação, como apoiante, na conferência "Protecção Social – Novos Desafios para a Sustentabilidade Social em Portugal", um tema decisivo em que se exige das empresas um novo comprometimento numa conjuntura económica muito desfavorável em que o envelhecimento da população coloca à sociedade novos desafios;
- Em parceria com o INDEG/ISCTE Business School, realização da 2.ª edição do Programa Anual de Desenvolvimento "Administradores não Executivos", com o propósito de oferecer uma visão actualizada e integradora das principais dimensões que sustentam o papel e a actuação dos administradores não executivos no governo societário das sociedades;
- Dinamização da Comissão Jurídica, com a criação no seio desta de grupos de trabalho para desenvolvimento de diversas matérias de reconhecida actualidade relacionadas com o governo societário, de que se destacam: o sector público empresarial; o governo das fundações; o governo das instituições financeiras em cenário de participação do Estado no capital; o governo das instituições financeiras – investidores institucionais; o projecto género; a economia social e o 3.º sector; as empresas familiares;
- Acolhimento do Webinar organizado pelo INSEAD Corporate Governance Initiative subordinado ao tema "Women on Boards", inserido no Projecto Género e em que participaram, como oradores, os Professores Ludo Van der Heyden e Herminia Iberra;
- Participação do IPCG, através do Prof. Pedro Maia, como orador, no seminário sobre "Ética, Governance e Negócios" promovido pelo ISEG;
- Conferência "Terceiro Sector em Portugal", em parceria com a SRS Advogados, em que foi debatida a importância e o papel crescente deste sector na economia portuguesa.

A



1.3. O IPCG como sede de debate centrado no *corporate governance*

O objectivo estratégico de ver conferido ao IPCG o estatuto de sede de reflexão sobre matérias conexas com as boas práticas do governo societário e o seu amplo reconhecimento público requer que o Instituto inscreva no seu programa de actividades iniciativas que induzam reforço da sua imagem junto dos seus *stakeholders*, promovam a ampliação do leque dos parceiros que traz ao debate das matérias em que se envolve, visem a afectação óptima dos seus recursos visando a melhoria da eficiência das suas acções. Tem sido este o percurso que temos vindo a trilhar, para o que contribuíram as seguintes iniciativas:

- Continuidade da actividade editorial do IPCG, com a elaboração de documentação que aprofunde e divulgue as boas práticas do *corporate governance*; não obstante não ter sido materialmente possível editar, como programado, o segundo fascículo dos Cadernos do IPCG sobre Corporate Governance dedicado aos Órgãos de Fiscalização das Sociedades Cotadas, prosseguiram durante o exercício os trabalhos de elaboração do respectivo texto, prevendo-se que o mesmo venha a ficar concluído na primeira metade do ano de 2013; ainda no domínio editorial, iniciou-se em 2012 a preparação de uma publicação destinada a comemorar o 10.º aniversário do Instituto e onde se procura traçar um quadro da actividade desenvolvida no período decorrido desde a sua fundação e perspectivar o seu desempenho nos próximos dez anos;
- Alargamento do leque de parceiros que possam ser trazidos ao debate das matérias que interessam ao Instituto, com a celebração de novos protocolos que permitam acrescentar valor à actividade desenvolvida; com este objectivo procedeu-se à reformulação do modelo vigente da celebração de protocolos e parcerias, aprovando um novo regulamento que enquadre estas iniciativas nos princípios da partilha de saberes e competências e do equilíbrio económico e financeiro das iniciativas conjuntas;
- Já com observância destes critérios, foi celebrado um protocolo com o ISCTE/Secção Autónoma de Direito visando o envolvimento conjunto de ambas as instituições na promoção da temática da *corporate governance*;

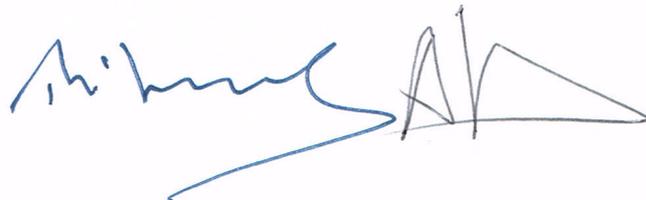
- Criação dum galardão visando premiar anualmente as empresas que se distingam nas boas práticas do governo societário; para tanto foi celebrada uma parceria com a Deloitte que patrocina esta iniciativa do IPCG;
- Continuação do patrocínio institucional ao Survey Reputational Index, sendo que, por acordo entre as partes, a edição de 2012 foi anulada e transferida para 2013;
- Reforço das relações institucionais com organizações congêneres ou que perseguem objectivos convergentes ou complementares, sendo de destacar o ECGI – European Corporate Governance Institute, para cuja Assembleia Geral o IPCG se fez representar pelo seu Director, Dr. Alexandre Mota Pinto; a AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, com especial incidência na troca de pontos de vista sobre o Código de Governo das Sociedades do IPCG; do IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna, cujo Conselho Geral o Instituto integra, com a participação na XIX Conferência Anual, subordinada ao tema “Auditoria Interna – Um Novo Paradigma?”; o IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, com que mantêm uma relação muito frutuosa na troca de experiências;
- Abertura à celebração de parcerias para a promoção da *corporate governance* no espaço lusófono, tendo-se realizado uma reunião com uma delegação da Comissão do Mercado de Capitais de Angola, chefiada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, com quem foram trocados pontos de vista sobre a possibilidade de cooperação futura;
- Introdução de melhorias qualitativas na estrutura funcional do IPCG, envolvendo a substituição de tarefas realizadas em regime de *outsourcing* por meios próprios, reformulando procedimentos de gestão interna e dotando o Instituto de recursos materiais adequados aos objectivos traçados; intensificaram-se os contactos com os associados, melhorando os instrumentos para que essa comunicação se torne mais amigável, com destaque para a página do IPCG na internet, que foi dotada de novas funcionalidades; promoveram-se contactos visando a angariação de novos associados, com especial incidência sobre empresas cotadas; procedeu-se à elaboração de um Regulamento de Quotização.

2. Análise Financeira

- No exercício de 2012, apurou-se um total de receitas provenientes da quotização dos associados de € 78.475,00, cerca de 12,2% superior ao valor cobrado no ano anterior;
- Acresce a este valor da quotização a quantia de € 27.562,61 de receitas provenientes basicamente da venda de publicações e patrocínios, estes associados à parceria celebrada com a Mybrand;
- As despesas administrativas atingiram o valor de € 104.004,16, cerca de 7% inferior ao valor apurado no ano anterior;
- O resultado líquido do exercício foi positivo, registando o valor de € 4.712.36;
- Como consequência deste saldo, o montante dos capitais próprios passou a exibir, em 31 de Dezembro de 2012, o valor de € 63.036,21, o que configura uma situação patrimonial sólida.

Abril de 2013

A DIRECÇÃO

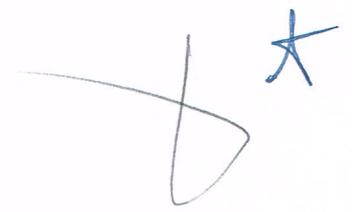


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**INSTITUTO PORTUGUÊS
CORPORATE GOVERNANCE**

Demonstrações Financeiras

Exercício de 2012

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized loop followed by a small asterisk-like mark.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

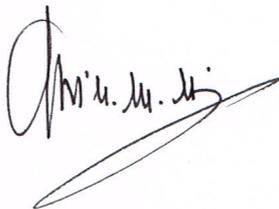
EXERCÍCIO FINDO em 31.Dezembro.2012

Unidade: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31.12.2012	31.12.2011
Vendas e serviços prestados	6-14	78.475,00	69.950,00
Subsídios à exploração		0	10.500,00
Fornecimentos e serviços externos	15	-80.630,14	-101.896,09
Gastos com o pessoal	16	-23.374,02	-10.266,79
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	8.325,00	-3.250,00
Outros rendimentos e ganhos	17	38.317,49	2.147,16
Outros gastos e perdas	18	-14.701,79	-7.529,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.411,54	-40.345,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-721,23	-376,14
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.690,31	-40.721,74
Juros e rendimentos similares obtidos		584,48	343,40
Resultado antes de impostos		6.274,79	-40.378,34
Imposto sobre o rendimento	4	-1.562,43	-101,31
Resultado líquido do exercício		4.712,36	-40.479,65

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



Rúbricas	Notas	EXERCÍCIOS	
		31.12.2012	31.12.2011
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	2.021,39	1.399,79
Activos intangíveis	5	4.600,08	0
		6.621,47	1.399,79
Activo corrente			
Clientes		0	26,80
Adiantamentos a fornecedores	6-11	16,51	9,32
Estado e outros entes públicos		0	118,53
Sócios	6-7	8.525,00	2.390,00
Outras contas a receber		0	154,32
Diferimentos	8	2.023,72	14.455,71
Caixa e depósitos bancários	9	57.327,64	69.154,13
		67.892,87	86.308,81
Total do Activo		74.514,34	87.708,60
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Fundo Social	10	58.323,85	98.803,50
		58.323,85	98.803,50
Resultado líquido do exercício		4.712,36	-40.479,65
Total do Capital Próprio		63.036,21	58.323,85
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11	1.432,55	15.367,70
Estado e outros entes públicos	12	2.258,47	2.710,79
Sócios	6	125,00	0
Diferimentos		0	10.000,00
Outras contas a pagar	13	7.662,11	1.306,26
		11.478,13	29.384,75
Total do Passivo		11.478,13	29.384,75
Total do Capital Próprio e do Passivo		74.514,34	87.708,60

O anexo faz parte integrante destes balanços.

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

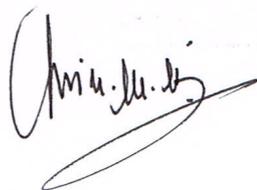
EXERCÍCIO FINDO em 31.Dezembro.2012

Unidade: Euros

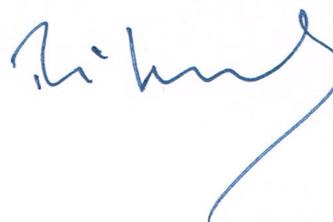
RÚBRICAS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31.12.2012	31.12.2011
Vendas e serviços prestados	6-14	78.475,00	69.950,00
Resultado bruto		78.475,00	69.950,00
Outros rendimentos		47.226,97	12.990,56
Gastos administrativos		-104.004,16	-112.162,88
Outros gastos		-15.423,02	-11.156,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6.274,79	-40.378,34
Resultados antes de impostos		6.274,79	-40.378,34
Imposto sobre o rendimento	4	-1.562,43	-101,31
Resultado líquido do exercício		4.712,36	-40.479,65

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção




INSTITUTO PORTUGUÊS DE CORPORATE GOVERNANCE

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

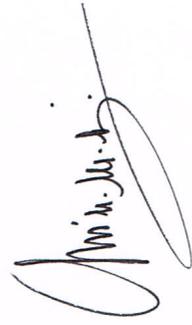
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Fundo Social	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição a 1 de Janeiro de 2011	96.092,40	2.711,10	98.803,50
Aplicação de resultados de 2010	2.711,10	-2.711,10	-
Resultado líquido do exercício de 2011	-	-40.479,65	-40.479,65
Posição a 31 de Dezembro de 2011	98.803,50	-40.479,65	58.323,85
Aplicação de resultados de 2011	-40.479,65	40.479,65	-
Resultado líquido do exercício de 2012	-	4.712,36	4.712,36
Posição a 31 de Dezembro de 2012	58.323,85	4.712,36	63.036,21

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Técnico Oficial de Contas



A Direcção



INSTITUTO PORTUGUÊS DE CORPORATE GOVERNANCE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

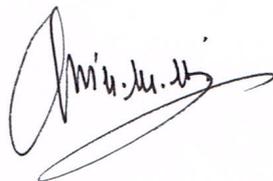
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	80.854,41	75.038,54
Pagamentos a fornecedores	-84.193,68	-80.789,45
Pagamentos ao pessoal	-15.846,41	-
	<hr/>	<hr/>
Caixa gerada pelas operações	-19.185,68	-5.750,91
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-67,95
Outros recebimentos / pagamentos	6.920,83	-13.111,05
	<hr/>	<hr/>
Fluxos das actividades operacionais [1]	-12.264,85	-18.929,91
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	438,36	343,40
	<hr/>	<hr/>
Fluxos das actividades de investimento [2]	438,36	343,40
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-11.826,49	-18.586,51
Caixa e seus equivalentes no início do período	69.154,13	87.740,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	57.327,64	69.154,13

O anexo faz parte integrante desta demonstração.

Técnico Oficial de Contas



A Direcção



ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

31.DEZEMBRO.2012

(Valores expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Instituto Português de Corporate Governance (Instituto), é uma Associação fundada em 15 de Junho de 2004 e tem como objecto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as actividades adequadas a tal fim.

NOTA 1 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (adiante designado por “NCRF”) e normas interpretativas, aplicáveis no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da actividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com as NCRF.

b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento.

c) Activos fixos tangíveis a activos intangíveis

Os activos fixos tangíveis e activos intangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os seus bens estão disponíveis para utilização, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

Anos de
vida útil

1 a 3

1 a 8

Programas de computador
Equipamento Administrativo

d) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efectiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Sócios, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros activos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Outras contas a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal; e
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outras contas a pagar”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os activos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

e) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

NOTA 3 - VOLUME DE EMPREGO

Durante os exercícios de 2012 e 2011 o Instituto Português de Corporate Governance teve ao seu serviço um empregado administrativo.

NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o número 3 do Artigo 11º do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e dos juros obtidos de depósitos a prazo; e os resultantes de patrocínios afectos a estudos realizados enquadrados no projecto "Mybrand Reputation".

NOTA 5 - MOVIMENTOS NOS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2012

	Activos fixos Tangíveis	Activos Intangíveis
Activos		
Saldo inicial	4.477,16	3.136,28
Aquisições	1.176,47	4.766,44
Abates	(149,49)	-
Saldo final	5.504,14	7.902,72
Amortizações acumuladas		
Saldo inicial	3.077,37	3.136,28
Amortizações do exercício	554,87	166,36
Abates	(149,49)	-
Saldo final	3.482,75	3.302,64
Activos líquidos	2.021,39	4.600,08

2011

	Activos fixos Tangíveis	Activos Intangíveis
Activos		
Saldo inicial	4.477,16	3.136,28
Aquisições	-	-
Abates	-	-
Saldo final	4.477,16	3.136,28
Amortizações acumuladas		
Saldo inicial	2.701,23	3.136,28
Amortizações do exercício	376,14	-
Abates	-	-
Saldo final	3.077,37	3.136,28
Activos líquidos	1.399,79	-

NOTA 6 - MOVIMENTOS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2012, os movimentos de dívidas de terceiros, excluindo perdas por imparidade, apresentavam-se da seguinte forma:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Cobranças	Outros	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:					
Clientes	26,80	58,63	(85,43)	-	-
Adiantamentos a fornecedores	9,32	7,19	-	-	16,51
Sócios:					
. Quotas (Nota 14)	23.040,00	78.475,00	(80.740,00)	-	20.775,00
Estado e outros entes públicos	118,53	-	-	(118,53)	-
	23.194,65	78.540,82	(80.825,43)	(118,53)	20.791,51

O aumento na rubrica de Sócios em 2012 corresponde às quotas de associados emitidas no exercício, donativos e patrocínios, reconhecidas como rendimentos do ano.

Em 31 de Dezembro de 2011, os movimentos de dívidas de terceiros, excluindo perdas por imparidade, apresentavam-se da seguinte forma:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Cobranças	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:				
Clientes	50,22	65,16	(88,58)	26,80
Sócios	29.600,00	82.185,00	(88.745,00)	23.040,00
Estado e outros entes públicos	151,08	73,83	(106,38)	118,53
Adiantamentos a fornecedores	-	9,32	-	9,32
	29.801,30	82.333,31	(88.939,96)	23.194,65

A rubrica de "Sócios" pode ser apresentada como segue:

Detalhe	2012	2011
Jóias e quotas:		
. Ano 2005	-	3.525,00
. Ano 2006	-	3.750,00
. Ano 2007	1.950,00	3.375,00
. Ano 2008	2.675,00	3.000,00
. Ano 2009	2.775,00	2.925,00
. Ano 2010	4.075,00	2.275,00
. Ano 2011	3.650,00	4.190,00
. Ano 2012	5.650,00	-
	20.775,00	23.040,00
Imparidade acumulada	(12.250,00)	(20.650,00)
Total	8.525,00	2.390,00

As jóias e quotas relativas ao ano de 2012 no valor de 5.650 Euros, incluem 125 euros relativos a adiantamentos de sócios por conta de quotas futuras.

NOTA 7 - IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o Instituto tem reconhecidas perdas de imparidade para dívidas a receber de sócios no montante de 12.250,00 Euros e 20.650,00 Euros, respectivamente, considerando a antiguidade das quotas em dívida, tal como segue:

Imparidade de dívidas a receber em 31 de Dezembro de 2012:

Anos	Saldo Inicial	Movimento			Saldo Final
		Reforço	Redução	Regularização	
2005	3.525,00	-	(3.450,00)	(75,00)	-
2006	3.750,00	-	(3.750,00)	-	-
2007	3.375,00	-	(1.425,00)	-	1.950,00
2008	3.000,00	-	(400,00)	-	2.600,00
2009	2.925,00	-	(350,00)	-	2.575,00
2010	2.275,00	300,00	-	-	2.575,00
2011	1.800,00	200,00	-	-	2.000,00
2012	-	550,00	-	-	550,00
TOTAL	20.650,00	1.050,00	(9.375,00)	(75,00)	12.250,00

Imparidade de dívidas a receber em 31 de Dezembro de 2011:

Anos	Saldo Inicial	Movimento			Saldo Final
		Reforço	Redução	Regularização	
2005	3.600,00	-	(75,00)	-	3.525,00
2006	3.900,00	-	(150,00)	-	3.750,00
2007	3.525,00	-	(150,00)	-	3.375,00
2008	3.125,00	-	(225,00)	-	3.000,00
2009	3.150,00	-	(225,00)	-	2.925,00
2010	-	2.275,00	-	-	1.800,00
2011	-	1.800,00	-	-	-
TOTAL	17.400,00	4.075,00	(825,00)	-	20.650,00

NOTA 8 - DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estas rubricas têm a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Rendas e alugueres	1.625,86	778,08
Honorários	-	0,03
Serviços especializados	316,73	13.677,60
Seguros	81,13	-
TOTAL ACTIVO	2.023,72	14.455,71

Descrição	2012	2011
Rendimentos a reconhecer	-	10.000,00
Prémio Damião de Góis (Nota 17)	-	10.000,00
TOTAL PASSIVO	-	10.000,00

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica "Serviços especializados" correspondia a serviços prestados no âmbito de um estudo de mercado pela Mybrand Consultores através de um pedido efectuado por um conjunto de empresas por intermédio do Instituto.

NOTA 9 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Caixa	176,77	256,25
Depósitos à ordem	7.150,87	58.897,88
Depósitos a prazo	50.000,00	10.000,00
Total dos depósitos bancários	57.150,87	68.897,88
TOTAL	57.327,64	69.154,13

Em 31 de Dezembro de 2012, o depósito a prazo em vigor contratado junto do Millennium bcp, é remunerado a uma taxa de juro anual de 2,5%, sendo o seu vencimento em 20 de Janeiro de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2011, o depósito a prazo em vigor contratado junto do Barclays, foi remunerado à taxa de juro anual de 2,3%, tendo sido o seu vencimento em 6 de Fevereiro de 2012.

NOTA 10 - FUNDO SOCIAL

O movimento no fundo social é apresentado na Demonstração de Alterações dos Capitais Próprios.

O Fundo Social é constituído pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1.300,00
Constituído no Exercício de 2005	20.281,72
Constituído no Exercício de 2006	30.032,90
Constituído no Exercício de 2007	46.135,61
Constituído no Exercício de 2008	(9.128,22)
Constituído no Exercício de 2009	7.470,39
Constituído no Exercício de 2010	2.711,10
Constituído no Exercício de 2011	(40.479,65)
TOTAL	58.323,85

NOTA 11 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
CTT Correios Portugal	16,51	9,32
TOTAL VALORES ACTIVOS	16,51	9,32
Conta-T – Consultores	335,79	347,98
Cunha Vaz & Associados	615,00	-
Angulo Sólido Serviços	316,73	-
Nestlé Waters	17,43	-
Papel Relevó Artes	147,60	-
Victoria Seguros	-	1.342,12
Mybrand Consultores	-	13.677,60
TOTAL VALORES PASSIVOS	1.432,55	15.367,70

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS - PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Retenção IRS Trabalho Independente	-	1,51
Retenção IRS Trabalho Dependente	136,00	45,00
Retenção IRS Prediais	336,58	238,05
IVA - a pagar	1,86	1.959,04
IRC - Autoliquidação	1.416,31	27,48
Contribuições Segurança Social	367,72	439,71
TOTAL	2.258,47	2.710,79

NOTA 13 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Fornecedores de investimentos	4.853,13	-
Remunerações a pagar ao pessoal	-	1.306,26
Outros custos a pagar (Nota 16)	2.808,98	-
TOTAL	7.662,11	1.306,26

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica “Fornecedores de investimentos” corresponde aos valores em dívida aos fornecedores de imobilizado.

NOTA 14 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Quotizações (Nota 6)	78.475,00	69.950,00
TOTAL	78.475,00	69.950,00

NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Trabalhos especializados:		
Ângulo Sólido Serviços	4.508,01	-
Conta-T - Consultores	4.115,58	3.899,10
N Imagens Eventos	270,60	369,00
Cunha Vaz & Associados	9.717,12	25.849,38
Media Gate Agência	-	4.509,18
Tinta Digital	-	3.474,80
Fundação Gulbenkian	-	630,38
Outros Serviços	311,19	744,81
Estudos Terceiros	22.240,00	-
Sbg Sistemas	526,44	-
Vigilância e Segurança	56,25	-
Honorários:		
Marco Gomes Binã	11.250,07	16.250,00
Carla Alexandra Damas	232,23	-
Traian Voinu	2.359,00	-
Guilherme Abreu Loureiro	-	20.530,40
Conservação e Reparação	129,15	-
Material de Escritório	1.414,00	1.610,26
Águas	110,68	-
Deslocações e estadas	6.784,22	3.022,98
Rendas e Alugueres	14.674,68	9.303,15
Comunicação:		
Correio	564,85	2.559,48
Telefone	1.097,11	1.499,09
Limpeza, Higiene e Conforto	268,96	-
Contencioso e Notariado	-	291,58
Reuniões Conferências	-	7.352,50
TOTAL	80.630,14	101.896,09

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica "Estudos Terceiros" corresponde aos serviços prestados pela Mybrand - Consultores de Negócios e Marketing, S.A. na elaboração do Mybrand Reputation Index, no montante de 22.240,00 Euros, nos termos da Cláusula 5.ª do Protocolo celebrado entre o Instituto e aquela consultora.

NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Remunerações	15.889,16	7.867,34
Encargos patronais para a Segurança Social	3.400,30	1.652,15
Seguro para Acidentes de Trabalho	86,48	-
Subsídios de refeição	1.189,10	747,30
Remunerações para férias e subsídio de férias (Nota 13)	2.808,98	-
TOTAL	23.374,02	10.266,79

NOTA 17 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Livro Branco Corporate	62,61	18,86
Patrocínios	27.500,00	1.735,00
Prémio Damião Góis (Nota 8)	10.000,00	-
Inscrições cursos	-	350,00
Cadernos Corporate	-	25,49
Reflexões jurídicas	-	5,66
Portes debitados	-	12,15
Correcções de exercícios anteriores	754,88	-
TOTAL	38.317,49	2.147,16

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica "Patrocínios" corresponde ao valor recebido dos associados REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Banco Comercial Português, S.A. e Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. para financiar o custo do "Estudo de Reputação" efectuado pela MyBrand Consultores de Negócios e Marketing, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica "Prémio Damião de Góis" corresponde ao valor recebido da Embaixada do Reino dos Países Baixos, no montante de 10.000,00 Euros, equivalente ao valor pecuniário do Prémio, atribuído como subsídio por aquela entidade nos termos da parceria estabelecida com o Instituto.

NOTA 18 - OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Impostos	1.980,09	3.450,00
Descontos concedidos	11,15	-
Correcções de exercícios anteriores	592,70	869,88
Quotizações	2.000,00	2.000,00
Dívidas incobráveis	117,85	1.210,00
Donativos - Prémio Góis	10.000,00	-
TOTAL	14.701,79	7.529,88

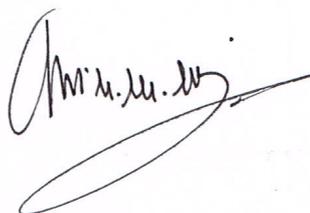
Em 2012, o montante apresentado na rubrica de “Correcções de exercícios anteriores”, inclui o valor de 325,00 Euros por anulação de quotas de associados relativas a anos anteriores.

Em 2011, o montante apresentado nesta rubrica, inclui o valor de 600,00 Euros por anulação de quotas de associados relativas ao ano de 2010.

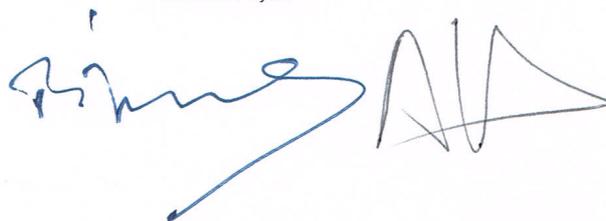
Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Donativos - Prémio Góis” é relativo ao valor pecuniário do Prémio Damião de Góis atribuído à entidade vencedora nos termos do Regulamento respectivo.

Lisboa, 1 de Março de 2013

Técnico Oficial de Contas

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Am. M. M.', with a large, sweeping flourish underneath.

A Direcção

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'R. M.', with a large, sweeping flourish underneath.